



## **ECONOMIA NÃO OBSERVADA NO SETOR AGROPECUÁRIO DO MUNICÍPIO DE MAMANGUAPE-PB: UM ESTUDO COM BASE NA CONTABILIDADE SOCIAL**

### **NON-OBSERVED ECONOMY IN THE AGRICULTURE SECTOR OF THE MUNICIPALITY OF MAMANGUAPE-PB: A STUDY BASED ON SOCIAL ACCOUNTING**

**Romero Campos de Souza Moreira Júnior**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus IV

E-mail: [romeromoreira@gmail.com](mailto:romeromoreira@gmail.com)

**Ana Cândida Ferreira Vieira**

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus IV

E-mail: [ana.candida@academico.ufpb.br](mailto:ana.candida@academico.ufpb.br)

#### **Grupo de Trabalho (GT): GT5. Agricultura familiar e ruralidades**

#### **Resumo**

A Contabilidade Social registra e destaca estimativas que são identificadas para entender a realidade, por meios de resultados que resultam em informações da economia nacional para os gestores públicos e agentes em geral no mercado e do país. A partir da medição de alguns agregados macroeconômicos, resultados da contabilidade social, são realizados através do Sistema de Contas Nacionais, mas o fato é que algumas contas da produção acabam não sendo identificadas em seus levantamentos, visto que existe a economia informal, oculta e ilegal. Estas em muitos casos acabam não sendo tão estimáveis por sua origem de vida, o produtor não declara essas produções, gerando o que podemos chamar de Economia Não Observada. O presente artigo tem o objetivo de apresentar a Economia Não Observada no setor econômico da agropecuária no município de Mamanguape-PB, em 2022, destacando a evolução das estatísticas econômicas da agropecuária de Mamanguape-PB. Justifica-se a pesquisa pela necessidade de entender a realidade socioeconômica e produtiva no setor agropecuário do município de Mamanguape, levantando informações para um melhor entendimento do contexto sobre a realidade da região, contribuindo para a execução de políticas públicas voltadas para o setor. A pesquisa tem características quantitativas e qualitativas, com explicações e dados da pesquisa de campo. Conclui-se que a pesquisa mostra indícios de subdeclaração de produção e casos com a informalidade propriamente dita, apesar do incentivo por parte de órgãos públicos para viabilizar informação sobre a produtividade rural por parte do produtor.

**Palavras-chave:** Contabilidade Social. Economia Não Observada. Agropecuária. Mamanguape.

#### **Abstract**

Social Accounting records and highlights estimates that are made to understand reality, through results that result in information on the national economy for public managers and agents in general is the market. From the measurement of some macroeconomic aggregates, social accounting results are carried out through the National Accounts System, but the fact is that some production accounts end up not being identified in their surveys, since there is an informal, hidden and illegal economy. These in many cases end up not being so estimable for their origin of life, the producer does not declare these productions, generating what we can call the Non-observed Economy. This article aims to present the Non-observed Economy in the economic sector of agriculture in the municipality of Mamanguape-PB, in 2022, highlighting the Evolution of agriculture statistics in Mamanguape-PB. The research is justified by the need to understand the socioeconomic and productive reality in the agricultural sector of the municipality of Mamanguape, gathering information for a better understanding of the context about the reality of the region, contributing to the execution of public policies aimed at the sector. The research has quantitative and qualitative characteristics, with explanations and data from field research. It is concluded that the research shows signs of under-declaration of production and cases with informality itself, despite the incentive on the part of public agencies for enabling information on rural production by the producer.

**Key words:** Social Accounting. Non-observed Economy. Agriculture. Mamanguape.



## 1. Introdução

Em 2019, a soma de bens e serviços decorrentes da agropecuária chegou a R\$ 1,55 trilhões, o que representou 21,4% do PIB brasileiro com destaque para o ramo agrícola, onde obteve cerca de 68% desse valor (R\$ 1,06 trilhões), já a pecuária correspondeu a 32%, ou R\$494,8 bilhões (IBGE, 2022). Em 2020, o PIB do setor avançou 24,31%, frente a 2019, e alcançou participação de 26,6% no PIB brasileiro (CEPEA, 2022). Em valores monetários, o PIB do País totalizou R\$7,45 trilhões em 2020, e o PIB do agronegócio chegou a quase R\$ 2 trilhões (CEPEA, 2022).

Já em 2021, o Produto Interno Bruto (PIB) agro brasileiro cresceu 8,36%. Porém, vale destacar que no último trimestre de 2021, o PIB do agronegócio brasileiro chegou a cair, 2,03%, devido principalmente a uma piora nos preços reais do setor. Porém, houve do bom desempenho do PIB agregado do agropecuário em 2021, o setor chegou a 27,4% no PIB brasileiro, sendo a maior desde 2004 (quando foi de 27,53%) (CEPEA, 2022).

Conforme dados do IBGE (2021), o Brasil hoje é o quarto (4º) maior exportador de produtos agropecuários do mundo, atingindo um valor próximo aos 96,9 bilhões de dólares no ano de 2020, atrás apenas da União Europeia, Estados Unidos e China. Esse resultado comercial superavitário com o resto do mundo gera um resultado positivo e decisivo para a estabilidade macroeconômica do Brasil.

A produção agropecuária é a base da economia brasileira, por fatores históricos, culturais, geográficos, socioeconômicos e outros. A agropecuária tem um papel, há muito tempo, de grande relevância no cenário econômico nacional, visto que abastece a grande população no país, não só com o valor da produção em si, mas também por mobilizar outros setores e geram emprego e renda. E quando se fala em comércio exterior, o Brasil é um dos quais se destacam no comércio internacional de produtos agropecuários, como por exemplo a soja, o café, açúcar, dentre outros e na pecuária carnes, entre outros. Esse desempenho faz do país um dos mais importantes mundialmente nesse setor, impactando positivamente no resultado da balança comercial.

Sabendo da importância da agropecuária no resultado da economia nacional, percebe-se o peso que a mesma tem para todas as localidades como um todo, umas mais e outras menos. No Nordeste, por exemplo, “contingente de agricultores familiares nordestinos detém tão somente 36,6% da área, de mais de 70 milhões de hectares ocupada pelos estabelecimentos agropecuários.” (AQUINO, ALVES, VIDAL, 2020; p. 03). Percebe-se que é necessário conhecer a produção agropecuária em diversos âmbitos, mas que se atinja um grau de informação cada vez maior, pois possibilita conhecer mais detalhadamente a realidade socioeconômica de cada localidade e a gestão pública tem mais um meio para suprir as necessidades da população e atender, bem como aperfeiçoar o processo de arrecadação.

Para entender as variáveis que envolvem o processo de levantamento de dados de produção agropecuária, é necessário conhecer diversos fatores que atrapalham a tabulação das informações, identificadas por completo para agregação dos dados macroeconômicos em uma economia. A ausência desses registros é conhecida com Economia Não Observada (ENO) e impacta no desenvolvimento econômico e social de uma região. Onde se verifica uma



subdeclaração, uma informalidade e ilegalidade por parte das empresas para com o desenvolvimento da sociedade com a gestão pública. Com base nesse contexto, questiona-se: Como apresenta-se a Economia Não Observada no setor agropecuário do município de Mamanguape-PB, em 2022?

A pesquisa tem como objetivo geral apresentar a Economia Não Observada, através das atividades ilegal, informal e oculta com o setor econômico agropecuário do município de Mamanguape, em 2022, observando as estatísticas formais da economia na agropecuária da região.

Como objetivos específicos, tem-se: a) Estudar a Contabilidade Social observando sua importância e seu objetivo no sistema econômico, destacando características da atividade produtiva e da Economia Não Observada; b) Descrever o cenário da atividade agropecuária do município de Mamanguape-PB; c) Relatar a Economia Não Observada-ENO do setor agropecuário no Município de Mamanguape-PB, ano de 2022, discorrendo a macroeconomia da região.

A pesquisa justifica pela necessidade de entender a realidade socioeconômica e produtiva da população local no ramo agropecuário, que pode possibilitar informações para um planejamento econômico e social com as políticas públicas mais assertivas de incentivo à produção, a geração de renda, qualidade de vida e desenvolvimento econômico do município de Mamanguape.

Além disso, a pesquisa vem sendo realizada nos últimos 3 anos, com o apoio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica (PIVIC), seguindo as mesmas finalidades de contribuir com a gestão pública através de informações e levantamentos até então não realizadas, onde mostram percepções sobre a realidade socioeconômica da população que possuem renda oriunda do setor agropecuário.

A estrutura do artigo apresenta, além dessa parte introdutória, a contextualização da contabilidade social e a economia não observada; em seguida a metodologia com as etapas desenvolvidas para a construção da pesquisa; os resultados e discussões com os dados primários obtidos da pesquisa de campo; em seguida, as considerações finais; por fim, as referências.

## **2 Fundamentação teórica**

### **2.1. Contabilidade social**

A Contabilidade Social tem como objetivo principal registrar as receitas e despesas de setores da economia por meio da contabilidade geral e subsidiar com as informações da Contabilidade Social ou nacional resultados macroeconômicos para planejamento e geração de políticas públicas do país e até região. Além da contabilidade, os resultados estatísticos ajudam a mensurar os principais agregados macroeconômicos, ou seja, o conjunto de grandezas e variáveis que são estabelecidos pela macroeconomia.

Resende (2009; pg. 89) define a Contabilidade Social como:

Uma técnica de registro e de mensuração de um conjunto interligado de grandezas e de variáveis definidas pela Ciência Econômica. E, com efeito, uma forma especial de estatística econômica, de natureza contábil, que se propõe a apresentar valores que expressam os montantes das transações econômicas verificadas em determinada economia nacional. Em resumo o propósito da Contabilidade Social é fornecer informações que permitam avaliar os efeitos das atividades das empresas sobre a sociedade.

A Contabilidade Social por fornecer informações sociais e macroeconômicas para uma região, em um determinado período, possibilita subsidiar com os resultados, planejamentos para nortear as políticas econômicas da região.

Com o avanço do sistema capitalista, definições foram atribuídas conforme situações de estudos por meio de vários autores, como por exemplo, Ramanathan (1976), que define a Contabilidade Social como sendo uma metodologia de escolha de algumas variáveis, procedimentos e medidas, que tem como objetivo medir a atividade social de uma organização, visando gerar informações relevantes e possibilitar divulgá-las aos públicos interessados, internos e externos, seguindo o objetivo da contabilidade como um todo.

De acordo com Feijó e Ramos (2017), a contabilidade social se difere do entendimento tradicional da contabilidade, são abordadas de forma diferente, visto que a social tem como base uma análise mais geral, focado mais no macroeconômico, já que visa entender a realidade da sociedade e não o patrimônio, que é basicamente o objeto de estudo da contabilidade tradicional. A contabilidade nacional foi consolidada pelo economista John Maynard Keynes, no qual em 1930 lançou os fundamentos da moderna macroeconomia, com o livro Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda (FEIJÓ E RAMOS, 2017). Através dele, os estudos econômicos se deslocaram consideravelmente no âmbito macroeconômico, como propósito de agregar as informações de uma determinada região por meio da soma de todos os segmentos da economia, chegando a resultados conhecidos como macroeconômicos e por elas definir políticas públicas para uma região.

A macroeconomia e a contabilidade nacional surgem como importante campo de estudo, que por meio dos resultados da contabilidade social alcançam a macroeconomia como forma de explica o comportamento agregado da economia e identifica resultados agregados que não representam necessariamente resultados individuais. Além disso, a contabilidade nacional fornece as principais medidas, que são os agregados macroeconômicos, que é basicamente o que foi produzido, investido, consumido e como se procedeu a formação da renda dos agentes sociais. (FEIJÓ E RAMOS, 2017).

A Contabilidade social não se resume apenas no âmbito do estudo financeiro. Ela também é importante nas questões sociais, visto que vibra como suporte da economia, sendo uma ferramenta importante, por exemplo, no cálculo do PIB, através das informações prestadas e consequentemente facilitando o entendimento socioeconômico do país.

Para que seja identificada e avaliada a situação econômica e social de qualquer nicho econômico e até da sociedade é necessário que sejam identificados diversos tipos de dados e informações, porém em muitos casos há alguma dificuldade de se obter, mesmo que parcialmente ou até integralmente, em casos, por exemplo, em que o cidadão por diversos



motivos não informa adequadamente esses dados, onde acaba havendo uma omissão de informações importantes para que se conheça a realidade econômica, causando impactos e exclusão dos agentes inseridos na economia de um país, ou até de uma região.

## 2.2. Economia Não Observada (ENO)

No Brasil há algumas metodologias de estimativas para se entender a realidade da economia nacional e da população, através da medição de alguns agregados macroeconômicos, tais como o PIB, Renda Nacional (RN), poupança, investimento, dentre outros, e essa mensuração é feita através do Sistema de Contas Nacionais (SCN), realizada pelo IBGE. De acordo com Hallak Neto e Ramos (2013, p. 19), o SCN apresenta as informações e dados referentes à distribuição, geração e o uso da renda no País. Além disso, apresentam informações sobre acumulação de ativos não financeiros, patrimônio financeiro bem como o estudo comparativo entre a economia do país e do resto do mundo, mas não se resume apenas a essas contas, ainda consta as contas satélites, dentre outras.

Apesar dos avançados modelos de coleta de dados, ainda existem algumas informações que não conseguem ser identificadas, pelo fato de nem toda produção é declarada, em algumas situações há uma declaração apenas parcial e, em outras há uma omissão total dessa produção, onde por consequência acabam não entrando nas estatísticas num primeiro momento. Essas informações não declaradas são apontadas pela contabilidade social de Economia Não Observada (ENO).

A ENO é composta de atividades produtivas realizadas pelas famílias informalmente ou para o uso próprio, atividades que são deliberadamente subdeclaradas pelos produtores, atividades ilegais, e ainda, as estatisticamente subcobertas. O propósito de um sistema estatístico nacional é assegurar, tanto quanto possível, que as atividades produtivas, observadas ou não, sejam apropriadamente contabilizadas e incluídas nos resultados das contas nacionais. (HALLAK E RAMOS, 2013, p. 33)

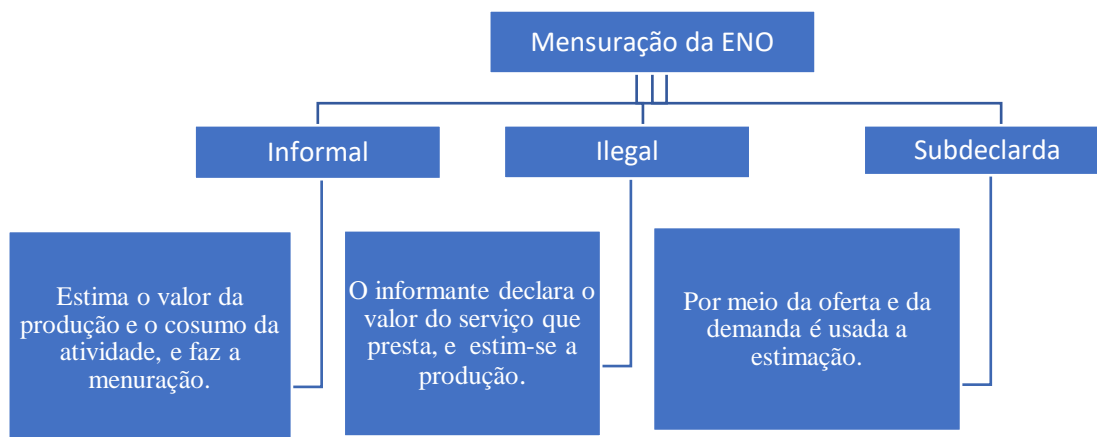
A Economia Não Observada (ENO) é composta por algumas subcategorias, são elas: a produção ilegal, produção oculta (ou subdeclarada) e produção informal. Segundo Hallak Neto e Ramos (2013), Produção ilegal é a produção de bens e serviços nos quais a posse, venda ou distribuição não são permitidos, conforme lei, o que torna atividades produtivas normalmente seriam legais, passam a ser ilegais pelo fato de serem produzidos por alguém não autorizado.

Produção oculta ou subdeclarada é aquela em que as suas atividades produtivas são legais, porém o agente não declara, ou pelo menos declara apenas parcialmente aos órgãos responsáveis, no geral essa não declaração ou declaração parcial, visa cortar gastos, fugindo de pagamentos de impostos ou outros tipos de tributação, bem como de algumas exigências legais condicionadas ao exercício da atividade. A produção informal é definida como o conjunto de atividades produtivas, nas quais se caracterizam por ter uma estrutura de organização deficitária e também por não possuir uma definição mais específica entre trabalho e capital, como fatores de produção, onde a produção é voltada majoritariamente para o mercado (HALLAK E RAMOS, 2013, p. 33)



Existem vários exemplos de categorias de trabalho para o setor informal, as mais comuns são os trabalhadores por conta própria, que podem ser citados como, exemplo, um catador de latinhas, e as empresas não constituídas, que são empresas atuantes, inclusive com local definido, porém que não foi registrada. Entender a forma de mensuração da Economia Não Observada é importante para que se compreenda mais precisamente o que é cada subcategoria e os fatores que levam a essa dificuldade, em casos de levantamento de dados.

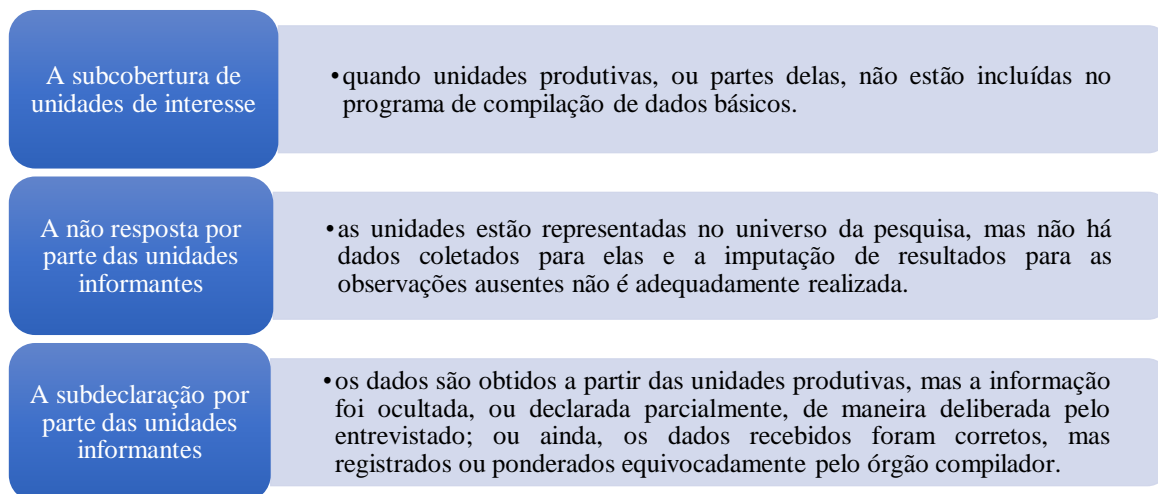
**Figura 1.** Estrutura de mensuração da ENO



**Fonte:** Elaboração própria, baseado em Hallak Neto e Ramos (2013).

Mesmo destacando a base de mensuração da ENO, a estatística de estimativas possui suas particularidades em cada tipo de atividades da economia. Além disso, Hallak Neto e Ramos (2013) destacam as deficiências no programa de compilação de dados básicos, segundo o autor supracitado, são as razões para a existência da ENO nos SCN dos países. O mesmo define essas deficiências em três, são elas:

**Figura 2.** Deficiências no programa de compilação de dados



**Fonte:** Elaboração própria, baseado em Hallak Neto e Ramos (2013).



Um fato importante a se destacar no processo de levantamento de dados sobre a produção agropecuária é sobre as dificuldades encontradas para que se atinjam os resultados com exatidão, seja pela subcobertura das unidades, ou pelo fato de que muitos não informam os dados por completo, sendo assim a subdeclaração ou até mesmo não informam, ou seja, não há a coleta de dados em algumas situações.

Tanzi (1983, p.10) afirma que na economia oculta se encaixam as atividades que são consideradas relativamente legais até as francamente ilícitas, onde por não constarem em números oficiais afetam os mesmos, impactando nas estatísticas oficiais se comparado aos valores reais. Afirma também numa economia de mercado de bom funcionamento, sem setor público, não haveria atividades ocultas e que o fato de haver uma ocultação é consequência da regulação do cenário econômico, englobando cenários, como por exemplo: tributação

Além disso, a ausência dos dados possibilita a necessidade em definir políticas para uma sociedade em que os agentes sociais estão inseridos no sistema econômico, por meio da compra e venda de produtos informais e ilegais, e, ao mesmo tempo excluídos da legalidade da venda para a geração de renda e criação de renda para o crescimento econômico, com desenvolvimento social em uma região ou até país. Mostrando aos governantes tomadas de decisões emergentes, necessárias para geração de renda dos que estão inseridos na informalidade e ilegalidade. Provocando, ao mesmo tempo, a ausência de renda nos cofres do governo devido ao não registro e contribuições tributáveis da informalidade, ilegalidade e produção oculta, que ficam a margem de um planejamento de políticas adequadas para a sociedade como um todo.

### 3 Procedimentos metodológicos

A metodologia é qualitativa e quantitativa, com características exploratórias, explicativa e estudo de campo, respeitando as fontes de dados secundárias (documental) e buscando os dados primários, por meio de questionário.

Na documental a busca norteou para os dados secundários com informações divulgadas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Prefeitura Municipal de Mamanguape, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mamanguape, EMATER-PB, via documentos ou declarações que informam alguns quantitativos referente a registros de trabalhadores do setor agropecuário. Os dados possíveis de obter, foram: Produto Interno Bruto (PIB), PIB *per capita*, e Valor Adicionado Bruto do município, entre os anos de 2015 e 2019, o quantitativo de feirantes do município entre 2015 e 2021, a relação e quantitativo de agricultores que tenham registro DAP, informações sobre a população e quantitativo de estabelecimentos agropecuários no município.

Para os dados primários, realizou-se uma pesquisa de campo, buscando coletar informações não disponíveis em outros levantamentos realizados nos dados secundários, tais como: tipo de produção, quantidade de moradores, funcionários com carteira assinada e sem carteira assinada, quantidade de membros da família envolvido, renda advinda de fora da unidade de produção agropecuária, destino da produção da agropecuária, quantidade da produção declarada, tipo de incentivo a produção advinda das políticas públicas e existência de financiamento para produção agropecuária.



O valor estatístico obtido foi descritivo com resultados absolutos e relativos. Houve grande dificuldade na obtenção de muitos dados, visto que a pesquisa se trata em grande parte de números que não são declarados, e por consequência os órgãos que colaboraram com a pesquisa não obtinham de fato alguns dados necessários, ou em algumas situações tinham apenas uma estimativa, mas sem registro.

A pesquisa de campo considerou uma amostra intencional de 9,33% (102) domicílios agropecuários da região, de uma população de 1.093. O questionário da pesquisa conta com 28 perguntas, entre elas quantitativas e qualitativas. Foi aplicado em parte através de envio de questionários *online* com intermédio de empresas parceiras e sindicato dos trabalhadores rurais e outra parte aplicada presencialmente em visita à domicílios rurais localizados no município de Mamanguape.

## **4 Apresentação e análise dos resultados**

### **4.1 Cenário econômico da agropecuária no município de Mamanguape**

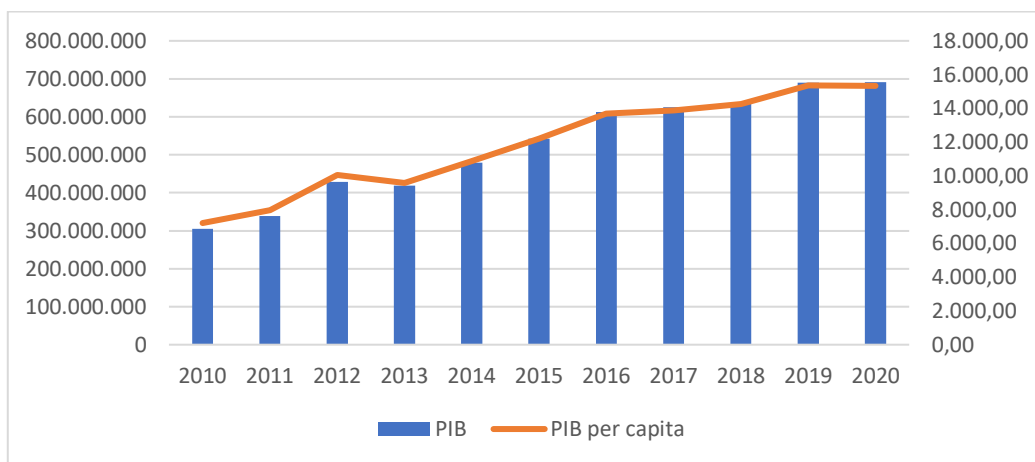
O município de Mamanguape localizado no litoral norte paraibano tem uma população estimada de 45.385 habitantes em 2021, segundo dados do IBGE (2023), e uma área territorial de 337.434 km<sup>2</sup>. Considerado polo econômico da região, conhecida como Vale do Mamanguape, abrange todo o litoral norte do estado da Paraíba, fazendo divisa com os municípios de Rio Tinto, Capim, Itapororoca, Curral de Cima, Pedro Régis, Jacaraú, Mataraca, Canguaretama-RN e Pedro Velho-RN. (IBGE, 2023)

De acordo com o IBGE (2021), o município foi fundado em 25 de outubro de 1855, período de colonização no Brasil, era até então ocupado por povos de origem potiguar, nos quais até hoje permanecem em algumas cidades da região do Vale do Mamanguape. Um fato que destaca a importância histórica econômica de Mamanguape foi a visita de D. Pedro II, imperador do Brasil, 27 de dezembro de 1859 (PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE, 2023). Com o avanço do processo de urbanização do município de Mamanguape, a economia foi expandindo e os setores econômicos destacando-se em desempenho na região.

De acordo com o IBGE (2023), Mamanguape em 2019 apresentou um PIB de R\$689.525.280,00 e PIB *per capita* de R\$ 15.363,07, além de um valor adicionado bruto de R\$34.601.360,00 no setor Agropecuário, R\$78.432.010,00 na Indústria, R\$ 297.805.210,00 no setor de Serviços e R\$ 208.518.000,00 na Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social. Em 2020, percebe-se o PIB de R\$691.495.460,00, o aumento adveio do setor da agropecuária e da indústria, tendo no mesmo ano uma queda do PIB *per capita* da região, chegando a R\$ 15.320,26, significa queda de 0,27% desse ano em relação a 2019, considerando que em 2000 foi o ano em que ocorreu a pandemia do COVID-19 no Brasil e no mundo e parada de alguns dos setores econômicos no país e na região. (IBGE, 2023). Conforme gráficos 1 e 2.



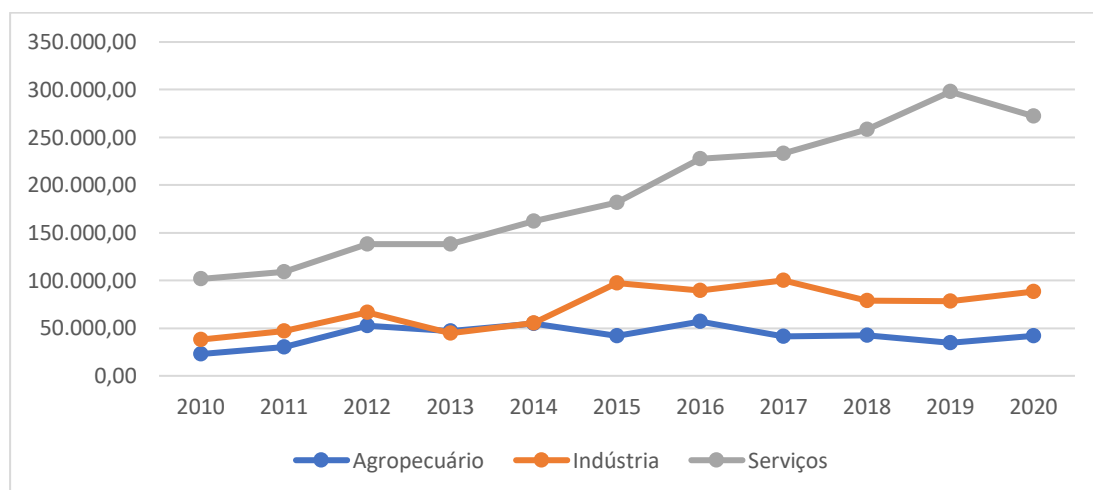
**Gráfico 1:** Produto Interno Bruto (PIB) (x1000) R\$ e PIB *per Capita* de Mamanguape entre 2010 e 2020



Fonte: Elaborado pelos autores com base no IBGE (2023)

Percebe-se que ao decorrer dos anos há uma crescente do PIB do município, partindo de R\$ 305.037,00 em 2010 para R\$ 689.525,29 em 2019 (IBGE, 2023), alinhado, gráfico 2, a isso também podemos observar o crescimento no valor adicionado bruto de origem agropecuária, onde em 2010 foi calculado em R\$ 22.845,00 e alcançou R\$ 32.601,36 em 2019, porém, como o PIB, não foi um crescimento constante, visto que alcançou o valor de R\$ 54.857,76 em 2014 e uma queda para R\$ 41.645,85 em 2015, bem como de R\$ 56.897.030,00 em 2016 e reduziu para R\$ 41.179.940,00 em 2017, nos demais períodos ocorrem oscilações e reduz no ano de 2020, devido ao período de pandemia no Brasil e na região.

**Gráfico 2:** Valor Adicionado Bruto de Mamanguape (x1000) R\$ por setor entre 2010 e 2020



Fonte: Elaborado pelos autores com base no IBGE (2023)

Observa-se que o setor Agropecuário tem uma contribuição importante para o resultado da economia local, sendo a atividade agropecuária de grande força para o município, com a lavoura permanente (acerola, banana, caju, coco-da-baía, limão, manga, mamão, maracujá), e a lavoura temporária (abacaxi, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, dentre outros), apesar da redução no



PIB *per capita* em 2020, no entanto o PIB agropecuário cresceu juntamente com a indústria possibilitando uma redução pequena em comparação ao PIB *per capita* de 2019.

#### 4.2 Quantitativo de feirantes em Mamanguape-PB

Segundo dados da Secretaria Municipal de Agricultura de Mamanguape (2021), há uma quantidade de feirantes no ano de 2021 totalizada em 537, segundo o total que conta em registro, 283 ligados ao setor agropecuário, sejam comercializando frutas, verduras ou carne, frango, peixes, entre outros, os demais atuam no setor de vestuário, alimentação ou produtos variados. Observa-se também o fato de que cerca de 85 dos feirantes cadastrados não são residentes no município de Mamanguape, estes residem em outros locais e se fazem presente na cidade nos sábados, dia principal de feira livre do município.

**TABELA 1** - Quantitativo de feirantes do município de Mamanguape entre 2015 e 2021

QUANTITATIVO DE FEIRANTES 2015 até 2021	Produção da Pecuária	Produção da Agricultura	Total Agropecuária	Outros	Total Feirantes
2015	109	135	244	214	458
2016	114	151	265	217	482
Crescimento 15/16	4,59%	11,85%	8,61%	1,41%	5,24%
2017	118	155	273	220	493
Crescimento 16/17	3,51%	2,65%	3,02%	1,3%	2,28%
2018	121	157	278	226	504
Crescimento 17/18	2,54%	1,29%	1,83%	2,73%	2,23%
2019	129	168	297	235	532
Crescimento 18/19	6,61%	5,73%	6,83%	3,98%	5,55%
2020	134	171	305	221	526
Crescimento 19/20	3,88%	1,78%	2,69%	-5,96%	-1,12%
2021	135	169	304	219	523
Crescimento 20/21	0,74%	-1,17%	-0,33%	-0,90%	-0,57%

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura de Mamanguape, 2021

Levando em consideração o período de 2015 a 2018 observa-se crescimento no quantitativo de feirantes no município de Mamanguape, de 458 em 2015 e em 2021 chega a 523. Com relação ao setor agropecuário também é possível observar um aumento partindo de 244 em 2015 para 304 em 2021, mostrando o avanço da informalidade na região de Mamanguape, visto que poucos desses têm algum registro como trabalho formal, seja como empresa (CNPJ) ou como funcionário.

Além disso, é possível registrar que nos últimos 2 anos (de 2020 para 2021) houve uma pequena queda no quantitativo de feirantes, o que indica o impacto da pandemia da economia local. Conforme Prefeitura Municipal de Mamanguape, os mesmos arcam com uma taxa mensal de R\$62,00 referente à ocupação do espaço utilizado no mercado público, onde é revertida para a prestação de serviços da manutenção no local da feira.

Segundo dados do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mamanguape referente ao ano de 2021, há um quantitativo de 912 propriedades familiares no município. Outro dado levantado

foi de que há cerca de 2.000 trabalhadores assalariados rurais, estes atuam juntamente às usinas em determinado período, tendo seu registro formalizado, porém, ao finalizar o ciclo produtivo anual os mesmos são dispensados, retornando no ano seguinte. Também segundo o Sindicato, há um quantitativo de 5.118 aposentados rurais no último ano de pesquisa no município.

#### 4.3 Cenário da pesquisa de campo no setor agropecuário de Mamanguape-PB

Os dados obtidos com a pesquisa de campo, utilizou-se das tabelas para representação numérica dos respondentes, destacando uma estatística simples com quantidade e percentual de cada resposta.

De acordo com a tabela 2, do total de 102 questionários aplicados, 98 estão presentes na agricultura (96,1%) e 24 na pecuária (23,5%). A quantidade e percentual de respondentes que atuam na produção agrícola e na pecuária, apesar de ter sido uma pergunta com respostas múltiplas, ou seja, em diversos casos o produtor atua nas duas frentes.

**TABELA 2** - Tipo de produção da amostra em Mamanguape

	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
<b>Agricultura</b>	98	96,1%
<b>Pecuária</b>	24	23,5%

**Fonte:** Dados da pesquisa (2022)

Na tabela 3 percebe-se a quantidade de moradores em domicílio que concentra de 3 a 4 moradores, com 47%, sendo que trabalham na produção da agropecuária de 1 até 3 dos moradores do domicílio (70,6%). Nota-se que da amostra da pesquisa, existem 7,8% apenas com 1 morador em domicílio e 13,7% com mais de 6 moradores em um (1) domicílio.

**TABELA 3** – Quantitativo de moradores no domicílio e quantos trabalham na produção

	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6/+</b>
Quantos moradores no domicílio?	7,8%	15,7%	23,5%	23,5%	15,7%	13,7%
Quantos moradores trabalham na produção agropecuária?	23,5%	21,6%	25,5%	19,6%	7,8%	2%

**Fonte:** Dados da pesquisa (2022)

Na tabela supracitada, percebe-se também que domicílios com apenas um (1) morador são minoria (7,8%), porém com um (1) produtor fica entre os maiores índices (23,5%), isso se justifica pelo fato de que em muitos domicílios com mais de 1 morador só existe apenas um (1) que atua efetivamente na produção, no geral, os outros membros são responsáveis por cuidar da casa ou outros afazeres, e outros são crianças ou idosos. Percebe-se que em grande parte dos domicílios alguns integrantes da família não atuam nessa produção pelos fatores citados anteriormente.

Na tabela 4, consta que na maior parte dos domicílios agropecuários não há trabalhadores, considerados não moradores (68,6%), e até mesmo nos que possuem, o quantitativo é pequeno, o que mostra a característica de agricultura familiar existente na região.

Nota-se também que há um baixo percentual de domicílios que contam com trabalhadores formalizados (9,8%), que estão concentrados nos domicílios de maior porte e chegam de 2 até 4 funcionários com carteira assinada no domicílio e os cargos formalizados são alguns específicos.

**TABELA 4** – Quantitativo de funcionários formalizados ou não

	Sem funcionários	0	1	2	3	4	5	6/+
Possui quantos funcionários (não moradores) na produção agropecuária?	-	68,6%	0%	17,6%	3,9%	5,9%	0%	3,9%
Quantos funcionários tem carteira assinada?	68,6%	21,6%	0%	3,9%	3,9%	2%	0%	0%

**Fonte:** Dados da pesquisa (2022)

Confrontando os dados da tabela 3 com a tabela 4, percebe-se que quanto mais pessoas estiverem residindo no mesmo domicílio, menos são os funcionários com carteira assinada e sem a existência de funcionários contratados de fora do domicílio.

Conforme amostra da pesquisa, na tabela 5, um alto índice de domicílios com um (1) morador de renda não vinculada à produção, ao analisar as respostas percebe-se que é uma característica desses domicílios, a única renda ser extraída de auxílio, fato respaldado com 62,7% dos domicílios. Observa-se também que em domicílios com mais moradores encontram os de renda via aposentadoria, com 27,5% entre os entrevistados, mostrando que são características de famílias maiores, onde também residem no domicílio os pais do morador principal.

**TABELA 5** – Moradores que possuem renda não vinculada à produção agropecuária

	0	1	2	3	4	5	6/+
Quantos moradores possuem renda não vinculada à produção agropecuária?	23,5%	45,1%	17,6%	5,9%	7,8%	0,0%	0,0%

**Origem da renda não vinculada à produção agropecuária**

	Quantidade	Percentual
<b>Emprego</b>	22	21,6%
<b>Aposentadoria</b>	28	27,5%
<b>Auxílio</b>	64	62,7%

**Fonte:** Dados da pesquisa (2022)

A tabelas 6 remete sobre a destinação da produção e nota-se que 100% dos casos há uma produção destinada à venda, sendo desses, 98,1% tendo venda como principal destinação (entre 60,01% e 100% da produção). Percebe-se também que em 60,8% dos estabelecimentos agropecuários uma parte pequena da produção é destinada ao consumo próprio do domicílio. Esse percentual contempla em sua grande maioria os pequenos produtores e do setor agrícola. Na parte da pecuária, principalmente de produção bovina o índice para consumo próprio é baixíssimo.

**TABELA 6** – Destinação da produção à venda e para venda

	Quantidade	Percentual
<b>Venda</b>	102	100%
<b>Consumo próprio</b>	62	60,8%
<b>Quantitativo destinado à venda</b>		
<b>Percentual da produção destinado à venda sobre a produção total</b>	<b>Percentual de respondentes</b>	



0%	0,0%
Entre 0,01% e 20%	0,0%
Entre 20,01% e 40%	1,9%
Entre 40,01% e 60%	0,0%
Entre 60,01% e 80%	11,8%
Entre 80,01% e 100%	86,3%

**Destinação da produção para venda**

	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
<b>Estabelecimento próprio</b>	13	12,7%
<b>Feira livre</b>	44	43,1%
<b>Revenda</b>	90	88,2%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A tabela supracitada destaca ainda que grande parte dos produtores (88,2%) destinam ao menos parte de sua produção para revenda e 43,1% deles vendem diretamente ao menos alguma parte de sua produção em feira livre, e apenas 12,7% destinam pelo menos parte da produção a algum estabelecimento próprio.

Sobre o controle, tabela 7, em relação ao que é produzido nos domicílios rurais, os produtores foram perguntados se é feito este controle, e se é de forma quantitativa, onde é feito o levantamento da produção real, e, se é feito um levantamento estimativo.

**TABELA 7 – Controle da produção**

	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
<b>É feito um controle do quantitativo da produção?</b>	21,6%	78,4%
<b>É feito um controle estimativo da produção?</b>	70,6%	29,4%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Como mostra a tabela 7, a maior parte dos produtores (78,4%) não faz o controle quantitativo, mas com relação ao estimativo a maioria (70,6%) relata fazer este controle. Este segundo dado explica por diversos fatores, que se destaca, estimativa da produção para que seja informada aos órgãos de apoio, tais como sindicatos, órgãos especializados, bancos que tratam com financiamento de produção, entre outros.

A tabela 8, destaca a resposta da amostra da pesquisa sobre a declaração produzida por parte dos produtores agropecuários. De acordo com os dados da pesquisa, a maior parte dos produtores declaram de alguma forma essa produção (66,7%), sendo deste total 56,9% apenas parcialmente e 9,8% totalmente. Nesse contexto, 27,1% dos respondentes da produção chegam a declarar sobre a produção total, de 80,01% até 100%

**TABELA 8 – Declaração da produção**

<b>A produção agropecuária é declarada?</b>	<b>Percentual de respondentes</b>
<b>Não</b>	33,3%
<b>Sim, parcialmente</b>	56,9%
<b>Sim, totalmente</b>	9,8%

<b>Percentual da produção declarada sobre a produção total</b>	<b>Percentual de respondentes</b>
0%	33,3%
Entre 0,01% e 20%	0,0%
Entre 20,01% e 40%	8,3%
Entre 40,01% e 60%	18,8%
Entre 60,01% e 80%	12,5%
Entre 80,01% e 100%	27,1%





Recebeu alguma orientação sobre os benefícios de declarar a produção?	Percentual de respondentes
Não	31,4%
Sim, parcialmente	45,1%
Sim, totalmente	23,5%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Nota-se que, na tabela 8, há um direcionamento dos órgãos a fazer com que o produtor faça essa declaração, seja por orientação ou por incentivos, via suporte, através de órgãos técnicos ou por incentivos financeiros através de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o financiamento de produção. Para que se possa fazer parte desses programas é necessário que seja feita a declaração, ao menos estimada do que é produzido, porque os valores são referência para a execução do programa. Sendo possível citar, de exemplo, o financiamento de produção, no qual a instituição financeira precisa saber o quantitativo e os valores produzidos para que os recursos financeiros emprestados sejam calculados em cima disso.

A tabela 9 ressalta sobre o incentivo e apoio à produção por meio da utilização de políticas públicas e apenas 25,5% relatam ser beneficiários das políticas e 74,5% não tem benefícios de políticas públicas. Um exemplo de política pública é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), onde a gestão pública compra alimentos dos produtores e doa para a população carente, o percentual, apesar de parecer baixo é adequado, devido grande parte dos produtores não se adequam ao programa, como por exemplo os produtores de cana-de-açúcar, que destinam sua produção as usinas, deixando de se enquadrar com Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

**TABELA 9 – Incentivos e apoio à produção**

	Sim	Não
É beneficiário direto de alguma política pública de incentivo à produção?	25,5%	74,5%
Utiliza serviços de assistência de órgãos especializados?	80,4%	19,6%
É beneficiário de algum serviço de financiamento da produção?	31,4%	68,6%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Sobre a utilização de assistência de órgãos especializados nota-se que 80,4% recebem esse apoio, o que é um fato importante porque mostra que os produtores estão buscando esse benefício que é oferecido, e que os órgãos se fazem presente efetivamente na rotina dos produtores agropecuários. Com relação ao financiamento de produção percebe-se que a maioria não utiliza (68,6%), em muitos casos se viu que o produtor de menor porte não acha necessário esse financiamento.

## 5 Considerações finais

A Economia Não Observada definida pela Contabilidade Social como aquela que não consta nos registros contábeis do Sistema de Contas Nacionais, refletem a ausência de registros



para o acompanhamento e definições de políticas públicas e até macroeconômicas, que devem ser estudadas pelas particularidades de cada região e até município. Nesse contexto, o artigo vem apresentar a ENO nas suas atividades ilegais, informais e oculta ou subdeclarada do setor agropecuário do município de Mamanguape, em 2022.

Os dados da amostra de estudo da pesquisa mostram que há um razoável percentual dos produtores que optam por não declarar a totalidade do que produz, e isso se justifica por diversos motivos, tais como o baixo conhecimento em alguns casos, medo por parte do produtor, falta de informação em diversos casos, receio de perder algum benefício por declarar parte da cultura, achando desnecessário e apontando indícios da produção oculta e informal.

Durante o estudo da pesquisa, percebeu-se que há um esforço dos órgãos públicos de orientar, no entanto 31,4% afirmam não receber alguma orientação sobre os benefícios de declarar a produção, e 45,1% recebeu parcialmente. Além disso, adicionando à obrigatoriedade de declaração para que o produtor tenha acesso a alguns benefícios, como por exemplo o programa PAA ou o financiamento de produção, os produtores terminam declarando parte da produção, onde percebe-se que é um fato importante tanto pelos dados em si, quanto pela reeducação do produtor em adquirir essa cultura de calcular e informar o que produz. Em alguns casos foi observado que a declaração não é feita nem parcialmente, o que caracteriza o produtor como informal.

Tanto os dados numéricos coletados quanto as informações levantadas em visitas a órgãos ou a produtores, durante a execução da pesquisa, mostram um cenário positivo com relação ao crescimento do entendimento da importância de se fazer o levantamento da produtividade e os informar, haja vista que fazendo essa declaração a contabilidade social reconhece que essa produção consta no Produto Interno Bruto (PIB) e deixa os gestores públicos na condição de implantar políticas adequadas para a região de Mamanguape-PB.

Observando os dados dos feirantes percebe-se que existe um local específico para a feira na região e para manter a manutenção do local dos feirantes, o valor pago mensal é de R\$62,00, e existem alguns feirantes que são de outros municípios e vão ofertar o produto na feira. Os dados da amostra da pesquisa relataram que 43,1% da produção dos agropecuaristas são direcionados para a feira, 88,2% vão para revenda e 12,7% é para consumo próprio.

Pela amostra em estudo, é possível afirmar que o pequeno produtor aos poucos vão entendendo que o poder público pode ser um parceiro e potencializar seus resultados através de parcerias, incentivos, entre outros, fato que acaba quebrando aos poucos o medo e consequentemente a falta de informação e a subdeclaração da produção, o que gera uma expectativa de termos dados num futuro cada vez mais próximos da realidade, permitindo assim um real entendimento do setor produtivo agropecuário na localidade.

Destaca-se a importância tanto da gestão municipal quanto de órgãos com os sindicatos dos trabalhadores rurais, Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER), instituições que financiam a produção, entre outros, porque esse suporte gera uma aceleração no potencial produtivo do setor agropecuário, e esse fato impacta positivamente na economia não só do município, mas também nas cidades circunvizinhas e no resultado regional como um todo. Por isso é um trabalho que mostra a importância e que deve ter continuidade a partir do incentivo e conscientização do produtor rural.



Além disso, a pesquisa mostra indícios para outros estudos que retratem a colaboração da agropecuária no município de Mamanguape, sem deixar de observar a Economia Não Observada na região, bem como as políticas públicas a serem adotadas.

## Referências

CEPEA, Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB Agro Brasil**. Disponível em <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em 09 de maio de 2022.

FEIJÓ, Carmem Aparecida; RAMOS, Roberto Luiz Olinto. **Contabilidade Social: referência atualizada das Contas Nacionais do Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2017.

FREITAS, Eduardo de. **"Importância da Agropecuária Brasileira"**; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/a-importancia-agropecuaria-brasileira.htm>. Acesso em 09 de dezembro de 2020.

GOMES, A. P.; ALCANTARA FILHO, J. L.; SCALCO, P. R. **Eficiência, tecnologia e produtividade total dos fatores: uma análise das mudanças recentes na agropecuária do Nordeste**. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA DO NORDESTE, 14., 2009, Fortaleza. Anais... Fortaleza: ANPEC/BNB, 2009.

HALLAK NETO, João; RAMOS, Roberto Luiz Olinto. **A economia não observada no Brasil: um estudo baseado na metodologia do Sistema de Contas Nacionais**. Revista de Economia Contemporânea (2014), vol.18. Rio de Janeiro.

HALLAK, Neto. **A Distribuição Funcional da Renda e a Economia não Observada no Âmbito do Sistema de Contas Nacionais do Brasil**. Tese-doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/mamanguape/pesquisa/38/46996?ano=2020>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil/Paraíba/Mamanguape**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/mamanguape/historico>>. Acesso em 19 de março de 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil/Paraíba/Mamanguape**. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/mamanguape/historico>>. Acesso em 19 de março de 2021.

LOPES, I. V.; ROCHA, D. P.; LOPES, M. R.; BOMFIM, R. C. **Perfis das classes de renda rural no Brasil**. *Revista de política agrícola*, Brasília, v. 21, n. 2, p. 21-27, abr./jun. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE. História. Disponível em: <https://www.mamanguape.pb.gov.br/historia/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.



RAMANATHAN, K. V. (1976, July). **Toward a theory of corporate social accounting.** The Accounting Review, Sarasota, 51 (3), 516-528.

RESENDE, Rutney. Contabilidade Social. **Administradores.com**, 2009. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/contabilidade-social>. Acesso em: 23 nov. 2020.

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE MAMANGUAPE, Relatório. 2021

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MAMANGUAPE-PB. Banco de Dados. 2021.

TANZI, Vito. **A economia oculta - causas e consequências desse fenômeno mundial.** **Finanças e Desenvolvimento.** Dezembro, 1983.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social: uma abordagem de transparência e da responsabilidade pública das organizações.** 1ª ed. São Paulo: atlas, 2006.

VIEIRA, Ana Cândida Ferreira; MENDONÇA, Helton dos Santos; et al. **A produção oculta fundamentada na Contabilidade Social: um estudo no comércio formal do município de Rio Tinto, PB.** Revista Mangaio Acadêmico, v. 2, n. 3, jul/dez, 2017 – ISSN 2525-2801.